

## A ESPACIALIDADE DIOCESANA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Ana Carolina Lobo Terra<sup>5</sup>

anacarolina.terra@gmail.com

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

### *Introdução*

Na confluência das relações entre o *espaço* – objeto primaz das análises geográficas, futuro imediato e passado imediato, presente conclusivo e inconclusivo, sempre em processo de renovação – e a *cultura* – parte integrante do escopo social – se torna possível ao geógrafo compreender as diferentes configurações sociais da atualidade (CORRÊA, 2003). Dentre as diversas possibilidades de estudos acerca da dimensão espacial da cultura, a materialização da fé vem se acentuando como tema de análise científica. A religião pode ser percebida em sua forma, função, processo e estrutura, através das quais produz marcas que identificam a organização singular no espaço geográfico. A crença, a fé e a prática religiosa permitem ao homem religioso vivenciar seus espaços sagrados durante seus tempos sagrados (ELIADE, 1962).

Nesta investida geográfica, mediante a evolução temática da geografia da religião no Brasil e na América Latina, atrelar-nos-emos a discussão da religião em sua esfera política de ação. A religião cria territórios religiosos com o objetivo de atender sua demanda de fiéis e controlar objetos e coisas. Assim, com vistas na Igreja Católica – instituição hierárquica e burocrática, com forte presença na história do espaço brasileiro – entenderemos quais territorialidades foram utilizadas para ampliação de seu domínio e difusão de sua fé doutrinária. O recorte empírico se atém ao estudo da gênese e da difusão dos territórios diocesanos capixabas e fluminenses.

Na formação da base epistemológica os conceitos teóricos são: *território religioso*, *territorialidade religiosa* e *redes geográficas*. Ao descortinar a implantação de territórios religiosos diocesanos no espaço fluminense – percebidos com regiões culturais funcionais, uma vez que apresentam conectividade para a difusão de valores e ideais católicos (CORRÊA, 2008) –. Relacionaremos, posteriormente, as formas de apropriação afetiva e efetiva destes territórios e as práticas desenvolvidas por dado grupo religioso para a proteção e controle dos mesmos.

---

<sup>5</sup> Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Espaço e Cultura

## *Discussões sobre Território e Territorialidade*

Com vistas à discussão do conceito território, ressalta-se a polissemia presente no termo. Lima (2001) retorna a etimologia da palavra território, correspondendo o mesmo a “terra”, “territorium”, que quer dizer *terra pertencente a*. Em seu bojo ontológico, não é possível conceber a sociedade sem seu território. Este, de abrangência local, apresenta as materialidades, advindas dos objetos que expressam conteúdo técnico, participando da condição técnica (SANTOS, 1999) e práticas (objetivas e subjetivas) do grupo social que o constitui. Logo, “não existe etnia ou grupo cultural que, de uma maneira ou de outra não tenha investido físico e culturalmente num território” (BONNEMAISON, 2002:97). Em tempos de globalização, os territórios viverão em dissonâncias e consonâncias as intervenções do poder global e local, não perdendo suas particularidades e, nem, suas singularidades.

Como então descortinar o território mediante sua polissemia de significados? Com base nos estudos de Haesbaert (2004), propomos a compreensão deste conceito em quatro vertentes:

**Quadro 1: Leituras sobre Território**

<b>Vertentes</b>	<b>Agente</b>	<b>Compreensão</b>	<b>Território</b>
Política	Político	Reflete acerca das relações gerais entre espaço e poder.	Um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder.
	Jurídico-político	Busca em seu escopo as relações espaço-poder institucionalizadas. Possui uma forte relação com o <i>espaço vital</i> .	
Cultural ou Simbólico Cultural	Cultural	Prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva nas relações entre espaço e poder.	Produto da apropriação e/ou valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido.
Econômica	Econômico	Enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas.	Fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre as classes sociais e na relação capital-trabalho
Naturalista	“Homem Natural”	Entende o comportamento natural dos homens em relação ao ambiente físico elencado.	Espaços apropriados.

Fonte: Haesbaert, R. (2004) “*O Mito da Desterritorialização*”. Elaborado por TERRA, A. C. L. (2009).

Vale salientar que tais vertentes poderão ocorrer em uma perspectiva individual, “parcial”, onde somente uma será objetivada na análise científica, ou com uma perspectiva “integradora”, onde as problemáticas permitirão uma visão pluralista do território. Existem outras possibilidades para a classificação dos modelos de estudo do território, mas, de forma breve, reportaremos a investida científica aqui apresentada. Com base no que percebemos sobre o território, pontua-se que, independente da vertente de análise e, conseqüentemente, de seu agente gestor, o mesmo trará em seu foco a discussão do poder. Tal poder corresponderá “à habilidade humana de não apenas agir, mas de agir em uníssono, em comum acordo” (ARENDR, 1985:24), o que qualificará ao representante utilizar seu poder visando o interesse coletivo e, não, individual. O poder é inerente ao grupo que o legitima, sendo válido somente enquanto o grupo encontra-se unido. Para Arendt (1985) a perda do poder resulta na violência que poderá ser ou não percebida durante a implantação dos territórios.

Os territórios, lidos como as relações sociais projetadas no espaço concreto, serão, sobretudo, “um conjunto de lugares hierarquizados, conectados a uma rede de itinerários” (BONNEMAISON, 2002:99). “O território funcionará como o encontro dos indivíduos de uma mesma identidade cultural, promovendo a *alteridade* com os “outros” (outsiders) (RAFFESTEIN, 1977). Pode-se assim incorporar, dentro deste contexto de análise, um novo conceito: a territorialidade.

A territorialidade será compreendida em seu caráter relacional. Trará, em seu escopo, a fixação e a mobilidade dos grupos culturais. Configura-se como “a expressão de um comportamento vivido” (BONNEMAISON, 2002:100). Nas contribuições de Sack (1986) encontraremos o termo definido como “uma tentativa, por um indivíduo ou grupo, de afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relações, delimitando e assegurando controle sobre a área geográfica. Esta área será chamada território” (p.19). A territorialidade será a estratégia, a normatização, o procedimento. A ela se qualifica a decisão dos diferentes graus de acesso à pessoa, coisas e relações. Dentro deste contexto, o território só existe mediante sua apropriação, delimitação e controle, caso contrário, o mesmo não existe.

A territorialidade é uma expressão geográfica básica de poder social, sendo a maneira pela qual o espaço e sociedade estão interconectados. Relaciona-se ao espaço e ao tempo por trazer o agente atuando sobre um *onde*, em um *como* e um *quando* nas leituras territoriais. Neste escopo, Souza (2006) percebe territorialidades flexíveis,

atreladas a escala temporal, além de territorialidades cíclicas, móveis, contínuas e descontínuas.

Como relatado anteriormente, para a construção desta investida científica torna-se necessário relacionar os conceitos de território e territorialidade com a dinâmica da difusão da fé religiosa católica no espaço brasileiro. A partir da sapiência de que a Igreja Católica adota, em seus dois mil anos de história, as divisões territoriais e a organização hierárquica como estratégias políticas destinadas a assegurar o controle, a vivência e a vigilância de seus fieis (ROSENDAHL, 1999), exemplificaremos a seguir, as categorias território religioso e territorialidade religiosa. Estas se figuram harmoniosas para com os questionamentos do estudo.

### ***Território Religioso e Territorialidade Religiosa: categorias especiais***

A Geografia Cultural Renovada está focalizada na interpretação das representações que os diferentes grupos sociais construíram a partir de suas próprias experiências e práticas. Dentre as diversas possibilidades de estudos acerca da dimensão espacial da cultura, a materialização da fé vem se apresentando como tema de análise científica. Nesta perspectiva, o estudo da religião deve estar centrado na espacialidade do sagrado, impondo ao geógrafo o conhecimento dos preceitos da religião em estudo (CORRÊA, 2007). O sagrado, detentor de representação espacial, irrompe sua importância no saber geográfico para a compreensão do espaço socialmente construído. Assim, a Geografia da Religião firmou-se como mais um viés de análise junto à ciência, destacadamente pós 1990, tendo entre seus estudiosos propostas para sua metodologia de análise. Rosendahl (1996) elenca como fundamental ao estudo o descortinar das relações entre o sagrado e o profano – cotidiano –. Na espacialização do sagrado, Rosendahl (1996) define o espaço sagrado como

*“um campo de forças e valores que eleva o homem religioso acima de si mesmo, que o transporta para um meio distinto no qual transcorre sua existência. È por meio de símbolos, dos mitos, dos ritos que o sagrado exerce sua função de mediação entre o homem e a divindade. E é o espaço sagrado, enquanto expressão do sagrado, que possibilita ao homem entrar em contato com a realidade transcendente chamada deuses”*  
(ROSENDAHL, 1996:30)

Na compreensão do sagrado, o espaço sagrado validará uma vivência oposta ao espaço profano. A primeira possui valor existencial para o devoto: é o seu referencial, o cosmo, ponto de toda orientação inicial, “o centro do mundo”, no “recinto sagrado, torna-se possível à comunicação com os deuses; conseqüentemente, deve existir uma ‘porta’ para o alto, por onde os deuses podem descer a Terra e o homem pode subir simbolicamente ao Céu” (ELIADE, 1962: 29). A segunda ocorre na ausência do “ponto fixo”, que qualifica a permanência do caos.

A religião compreendida como um “sistema solidário de crenças e de práticas relativas à coisa sagradas, isto é, separadas, proibidas (...) reúne uma mesma comunidade moral, chamada igreja, todos aqueles que a adorem” (DURKHEIM, 1996:32). Apresenta um culto com periodicidade (ELIADE, 1962), uma doutrina composta pela ética e pelas práticas religiosas, além de ritos devocionais exclusivos (WEBER, 1991). Podendo ser percebida em suas formas, funções, processos e estruturas através das quais produz marcas que identificam a organização singular no espaço geográfico. Nos estudos acerca da dimensão política do sagrado (ROSENDAHL, 2008), encontraremos a relação entre *religião, território e territorialidade*. Ao tratar a religião como prática social (ROSENDAHL, 1996), será possível descortinar estratégias e ações adotadas por dada instituição religiosa com vistas à normatização do espaço geográfico. Assim, torna-se mister compreender as categorias *território religioso e territorialidade religiosa*.

Como já elucidado, os territórios poderão ser regulados por diferentes agentes. Ao pensar na regulação dessas áreas por um agente religioso, teremos a categoria território religioso. Os territórios religiosos foram primariamente definidos como espaços apropriados afetiva ou efetivamente (ROSENDAHL, 1996). Tal definição deriva diretamente dos estudos de Sack (1986), onde tais territórios eram os territórios católicos, uma vez que o autor atinha sua discussão a estrutura administrativa da instituição católica. Com a seqüência dos estudos na temática, Rosendahl (2005) propõe ler o território religioso como um território demarcado, controlado em seus acessos e ações por um profissional religioso. Este profissional especializado apresenta-se como chefe e representante deste espaço, conferindo a centralidade do mesmo (BORDIEU, 1987). Na tipologia da religião em sua função na sociedade, Weber (1991) ratifica três agentes:

- (a) o profeta religioso – dotado de carisma –;

(b) o sacerdote – produtor do sagrado –; e, por fim,

(c) o leigo – consumidor do sagrado –.

O sacerdote é o “funcionário do sagrado”, responsável por difundir a doutrina e a ideologia da instituição religiosa. Responde ainda por distribuir e regular os bens de salvação, seguindo uma divisão hierárquica. O corpo sacerdotal, encarregado da manutenção do culto, funciona como um dos gestores do território religioso. Rosendahl (2005) adiciona ao território religioso a visão do mesmo como reflexo de uma identidade cultural, amalgamada por um sentimento mútuo de pertencimento pelos seus integrantes. Neste território, tanto o exercício da fé quanto a identidade religiosa do devoto encontram-se favorecidas (ROSENDAHL, 2008), tornando-o um geossímbolo (BONNEMAISON, 2002). Neste contexto, a categoria territorialidade religiosa trará em sua significação “o conjunto de práticas desenvolvidas por instituições ou grupos no sentido de controlar um dado território” (ROSENDAHL, 2008:195). Tal territorialidade só será mantida mediante a existência de um território religioso a fim de fortalecer as experiências religiosas coletivas ou individuais da religião.

Nosso estudo reconhece na instituição religiosa o agente modelador do espaço geográfico que se insere. Por conta disso,

*“torna-se necessário considerar a forma e a intensidade do poder desse agente. A criação, bem como a fusão de outros, envolve inúmeras localizações regionais, nacionais e internacionais, à semelhança do papel também exercido pelas grandes corporações” (ROSENDAHL, 2005:200)*

Neste escopo, faremos a análise do desenvolvimento da territorialidade numa organização complexa, hierárquica e religiosa, que possui em seus objetivos originais a redenção das almas e a divulgação da virtude: a instituição da Igreja Católica Apostólica (SACK,1986). Na leitura desta instituição, perceberemos que

*“a igreja possui duas naturezas. A primeira constitui um sistema abstrato de fé e de doutrina, originando a Igreja invisível; a segunda refere-se às instituições sociais da Igreja e compreende seus membros, seus funcionários, suas regras e suas estruturas físicas e propriedades. Esta chamaremos de*

*Igreja física ou visível. Edifícios da Igreja, propriedades, lugares sagrados, paróquias e dioceses são elementos na Igreja visível. São lugares separados por limite e dentro dos quais a autoridade é exercida e o acesso é controlado. Em outras palavras, são territórios” (SACK, 1986: 93)*

Dentre os variados tipos de territórios controlados pela Igreja, destacamos aqueles marcados por forte identidade simbólica e de poder. Estes se encontram interligados as estruturas administrativas como paróquias, dioceses e arquidioceses. A ênfase deste artigo recai a compreensão das práticas e estratégias da Igreja Católica, utilizando para isso a escala regional – dioceses – no espaço fluminense e capixaba. Tais dioceses funcionarão como centros difusores de idéias, valores e normatizações, configurando uma rede gestora de tais territórios. Na próxima etapa desta elucidação, trataremos das redes diocesanas e de seu enfoque na dimensão geográfica do estudo.

### ***Redes Geográficas: redes diocesanas***

Em seus estudos, Corrêa (2001) aponta três dimensões de análise das redes geográficas. A primeira retratada é qualificada como organizacional e refere-se à configuração interna da entidade estruturada em rede. Abrange os agentes sociais, a origem da rede, a natureza dos fluxos, a função e a finalidade da rede, sua existência e construção, sua formalização e organicidade. O autor endossa que tais aspectos analisados não adquirem concreticidade se estiverem desvinculados do tempo e do espaço. Leremos então, uma dimensão espacial e outra temporal nesta categoria. Nesta análise espacial, a escala, a forma espacial e a conexão são apresentadas. A segunda categoria de estudo remete-se a dimensão temporal presente na rede geográfica. Propõe o relato da duração da rede, a velocidade com que os fluxos se realizam na transmissão, bem como a frequência em que a mesma se estabelece. Duração, velocidade, frequência e história são aspectos presentes nesta dimensão.

Dada a vinculação existente entre as dimensões temporal e espacial, Corrêa (2001), propõe a dimensão espaço-temporal. Tal dimensão articula, em seus estudos, espaço e tempo unidimensionalmente, atrelando-se assim a temática da difusão. Com este foco, percebemos que a difusão da rede de uma entidade institucional religiosa como a Igreja Católica é de grande interesse para o estudo, pois permite dar inteligibilidade ao processo de formação dos territórios religiosos nos espaços capixaba

e fluminense. Segundo este geógrafo, as redes geográficas poderão ser qualificadas como formal ou informal, hierárquica ou não, planejada ou espontânea, dendrítica ou complexa. Com o relato da importância do estudo de todas as dimensões inerentes a compreensão das redes, e, mais especificamente, da importância da dimensão espaço-temporal, entendemos como a difusão da fé ocorre no espaço e no tempo mediante a difusão das próprias redes diocesanas.

A difusão desta territorialidade católica apresenta distintos períodos distintos, por nós formulados, com objetivo a compreensão da difusão da fé doutrinária no recorte fluminense. Assim, segue a formulação dos tempos de difusão da pesquisa.

### *Periodização e o espaço fluminense*

Na difusão das dioceses no espaço fluminense – marcado por abruptas diferenciações tanto no seu quadro físico quanto no socioeconômico que o coloca em posição singular dentre os Estados brasileiros – poderemos reconhecer diferenciações sócio-espaciais figuradas no *planejamento territorial* da Igreja Católica. A lógica de implantação dos territórios religiosos diocesanos no espaço fluminense funda-se na *hierarquia dos lugares centrais* (CORRÊA, 1997; e RIBEIRO, 2000) e, segue, em primeira importância, a lógica de ocupação populacional deste Estado, ocorrendo em saltos na relação tempo-espaço, partindo do litoral ao interior.

A fim de elucidar a implantação do território diocesano, criamos uma escala difusional para análise:

- i. O primeiro marco da difusão católica pontua-se como o **centro de difusão** desta análise. Neste recorte, teremos somente a implantação da diocese primeira fluminense;
- ii. Com a proclamação da república (1889) e a separação entre a Igreja e o Estado (1890), que possibilitou a pluralidade religiosa presente no espaço brasileiro, a Igreja adotou como prática a implantação de dioceses em todas as Unidades Federativas recém-criadas, além de cidades que exerciam centralidades econômicas e em centros que se localizavam em áreas de contato entre áreas de povoamento antigo e entre cursos (ROSENDAHL E CORRÊA, 2001). As dioceses implantadas pós-1890, denominaremos **T1** (primeiro tempo);

- iii. A Igreja Católica apresenta-se flexível e dinâmica em suas apresentações. No contexto da pós-segunda guerra, quando a sociedade voltou-se ao extraordinário em suas percepções, a Igreja Católica imprimiu diferentes posturas a fim de manter-se com um grande contingente populacional religioso. No caso brasileiro, o momento da história brasileira que compreende os anos de 1955 e 1964, marca o período da Igreja Reformista, onde existiu uma intensificação das mudanças internas desta instituição católica no Brasil (MAINWARING, 2004). A Igreja Católica, na década de 1960, se ausenta de um olhar meramente “elitista” e passa a creditar uma política de proteção aos “desfavorecidos” socialmente (BARBOSA, 2005). Assim, as dioceses implantadas neste período, configuram-se como o nosso **T2** (segundo tempo) de análise. ;
- iv. A economia brasileira, em espacial, a economia fluminense passou por diferentes etapas econômicas. O Estado do Rio de Janeiro configurou sua economia historicamente desde a exportação portuária até a presença de pólos industriais e concentrações locais de bens e serviços. Tais pontos industriais conferem, desde a década de 1980, um aumento populacional em tais áreas. Assim, visando atender a demanda de assistência religiosa, a Igreja Católica cria novos territórios diocesanos. Neste escopo, as dioceses criadas pós-1980 remeter-se-ão ao **T3** de nosso estudo, último tempo de análise.

Para uma maior compreensão, da implantação das dioceses mediante seus tempos de difusão, reportamos o quadro abaixo:

**Quadro 3: Territorialidade Católica no Espaço Fluminense: Dioceses e Difusão**

<b>Tempo de Difusão</b>	<b>Quantidade de Dioceses</b>	<b>Dioceses Implantadas</b>	<b>Criação</b>
<i>Centro de Difusão</i>	1	São Sebastião do Rio de Janeiro	1676
<i>T1</i>	4	São Lourenço de Niterói	1892
		Campos	1922
		Barra do Piraí – Volta Redonda	1922
		Valença	1925
<i>T2</i>	3	Petrópolis	1946
		Nova Friburgo	1960
		Nova Iguaçu	1960
<i>T3</i>	2	Duque de Caxias	1980
		Itaguaí	1980
<b>Total de Dioceses:</b>	10		

Fonte: CERIS (2000) “*Anuário Católico do Brasil 2000*” \* Elaborado por TERRA, A. C. L. (2009).

Com tais tempos de difusão, priorizamos a leitura da dinâmica da territorialidade católica no espaço fluminense. Evidenciamos que, em um espaço tão plural e intenso em suas apresentações, teremos estratégias e ações diretas por parte do agente institucional. Em contra-ponto ao dinâmico espaço fluminense, encontra-se o espaço capixaba, segundo foco de nossa análise, e com sua periodização impressa no sub-item a seguir. Vale salientar que esta se encontra diferenciada a fim de permitir uma maior compreensão do fenômeno espacial em estudo.

A rede diocesana fluminense apresenta singularidades que se atrelam diretamente ao interesse de seu gestor religioso. Nosso estudo visa o descortinar de tais estratégias e a compreensão da dinâmica de seus territórios. O geógrafo, conhecedor do homem e do meio, reconhece o poder da fé na organização sócio-política do lugar. Neste sentido, no próximo momento do trabalho, intitulado “Conclusões e Apreensões”, relataremos o aprendizado obtido e as indagações retidas em nossa investida científica.

### *Conclusões e Apreensões*

O término da investida científica não esgota as possibilidades acerca do objeto proposto. Neste bojo, respondemos aos nossos questionamentos e despertamos a novas proposições. Entender a territorialidade católica, descortinando seus espaços-tempo de gestão religiosa nos espaços fluminense e capixaba, era nosso objetivo e acreditamos tê-lo alcançado. Nossa busca, com foco na instituição religiosa Igreja Católica Apostólica Romana, ateu-se a procurar os fatos externos (visíveis) de uma realidade interna e espiritual (invisível). A Igreja apresentou uma caminhada a fim de difundir sua fé doutrinária e gerir sua população religiosa, sendo o descortinar deste itinerário útil as nossas análises.

A territorialidade imprime-se como um atributo comportamental intrínseco ao indivíduo social e aos grupos organizados.

*“A territorialidade, como um proponente de poder, não é apenas um meio para criar e manter a ordem, mas é uma estratégia para criar e manter grande parte do contexto*

*geográfico através do qual nós experimentamos o mundo e o dotamos de significado” (SACK, 1986:219)*

Neste escopo, a Instituição Católica insere-se, apresentando uma nítida dimensão espacial em suas ações na esfera institucional. O implantar de novos territórios religiosos – sejam eles diocesanos ou paroquiais – deriva de um estudo cuidadoso, de uma seletividade espacial. Neste processo, emergiram diferentes periodizações, e estas se adequam diretamente as desigualdades percebidas no Estado. Com vistas à territorialidade católica no espaço fluminense, informações foram apreendidas. As dioceses foram implantadas em cidades de diferentes aspectos socioeconômicos. Contudo, tais desmembramentos apresentam singularidades geográficas: os territórios diocesanos foram implantados em centros urbanos, que exprimiam centralidade na construção da rede socioeconômica fluminense na época de sua erigição, em um dos três tempos difusionais por nós elencados. A lógica de implantação dos territórios religiosos diocesanos no espaço fluminense funda-se na hierarquia dos lugares centrais e segue, em primeira importância, a lógica de ocupação populacional deste Estado. Partindo do litoral ao interior, veremos o desmembramento de dioceses ao longo do recorte temporal estudado. Salientamos que a difusão dos territórios diocesanos aderiu a uma difusão hierárquica, com saltos espaços-temporais. Um outro ponto a ser percebido, é a forte presença de ordens religiosas neste recorte. Jesuítas, beneditinos<sup>6</sup>, entre outros grupos religiosos, foram importantíssimos à difusão da fé no tempo pretérito deste recorte e ainda hoje figuram em sua área limítrofe.

A territorialidade católica fluminense segue diferentes escalas de controle em suas jurisdições eclesiásticas. Teremos dioceses mais detentoras de paróquias do que outras; o que justifica nas primeiras a necessidade de um controle efetivo pela instituição. Para comparação, segue a tabela abaixo:

**Tabela 1: Dioceses Fluminenses**

<b>Dioceses</b>	<b>Ano de Criação</b>	<b>Número de Municípios</b>	<b>Número de Paróquias</b>
Barra do Piraí – Volta	1922	10	22

<sup>6</sup> Detentores da Abadia Territorial de Nossa Senhora de Monserrate, localizada na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro.

Redonda			
Campos	1922	17	36
Duque de Caxias	1980	2	19
Itaguaí	1980	5	17
Niterói	1892	14	57
Nova Friburgo	1960	19	45
Nova Iguaçu	1960	6	43
Petrópolis	1946	8	34
São Sebastião do Rio de Janeiro (Arquidiocese)	1676	1	240
Valença	1925	9	26

Fonte: Anuário Católico do Brasil, 2000 \* Elaborador por TERRA, A. C. L. (2009)

Como já apresentado, as dioceses de São Sebastião do Rio de Janeiro, de Duque de Caxias e de Itaguaí foram implantadas em áreas de forte crescimento populacional e centralidade logística. No caso de Duque de Caxias, em especial, a força das CEBs apresenta grande projeção. Por tais fatores, acreditamos ser esse controle religioso tão efetivo em nível local.

A espacialização das dioceses permite conceber a diferenciação das áreas e as diferenças e semelhanças das estratégias institucionais do gestor religioso. Dentre as semelhanças, elucidamos que os territórios religiosos foram implantados em cidades de diferentes aspectos socioeconômicos, mas, localizadas em centros urbanos. Nas diferenças relatamos os tempos difusionais das redes diocesanas, que com vistas ao controle da população religiosa, encontram-se diferenciados. Mediante nosso estudo, acreditamos que a partir da configuração de uma nova realidade sócio-espacial, a Igreja Católica adotará novas práticas de gestão, resultando em novas dioceses e paróquias em suas redes diocesanas.

Ao final, verificamos as impressões cernentes as práticas da instituição religiosa católica e a devoção do homem religioso no lugar que as pratica. Este homem funciona como um transmissor das idéias, valores e condutas elencadas pela fé católica, servindo como nó em redes sociais menores. Enfim, esperamos com esta pesquisa, ter auxiliado na compreensão da dinâmica da fé católica nos espaços fluminense e capixaba,

permitindo novas propostas e metodologias aos geógrafos encantados com as relações entre o sagrado e o espaço.

## Referências

- ARENDDT, H. **Da Violência**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1985.
- BARBOSA, S. **A Territorialidade da Igreja Católica no Nordeste Brasileiro**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.
- BONNEMAISON, J. Viagem em Torno do Território. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.) **Geografia Cultural: um século (3)**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002.
- BOURDIEU, P. Gênese e estrutura no campo religioso. In: BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1987.
- BÜTTNER, M. et alli. Zur Geschichte und Systematik der Religionsgeographie. In: BÜTTNER, M. et alli. **Geographia Religionum - Interdisziplinäre Schriftenreihe zur Religionsgeographie**. Band 1. Berlin: Dietrich Reimer Verlag, 1985. p.15-122.
- CERIS. Anuário Católico do Brasil – 2000. **Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais – CERIS – Volume II**, Rio de Janeiro, v.2, 2000.
- CLAVAL, P. **A Geografia Cultural**. Tradução de Luiz Fugazzola Pimenta e Margareth de Castro Afeche Pimenta. Florianópolis: Editora da UFSC, 1999.
- CNBB. **Diretório da Liturgia e da Organização da Igreja no Brasil 2005 Ano A – São Mateus Ano Eucarístico**. Brasília: Paulinas, 2004.
- CORRÊA, R. L. Interações Espaciais. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.) **Explorações Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- CORRÊA, R. L. **Trajetórias Geográficas**. 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- CORRÊA, R. L. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, I. E.; GOMES P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.) **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- CORRÊA, R. L. Sobre a Geografia Cultural. **Textos NEPEC**, Rio de Janeiro, NEPEC/UERJ, n.3, 2007.
- CORRÊA, R. L. Região Cultural – um tema fundamental. In: ROSENDAHL, Z; CORRÊA, R. L. (Orgs.) **Espaço e Cultura: Pluralidade Temática**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

DURKHEIM, E. **As Formas Elementares da Vida Religiosa: o sistema totêmico na Austrália**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

ELIADE, M. **O Sagrado e o Profano - A Essência das Religiões**. Tradução por Rogério Fernandes. Lisboa: Edição Livros do Brasil, 1962.

HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

ISSAC, E. Religion, Landscape and Space. **Landscape**, Califórnia: Oxford Press, 1959-60.

LIMA, H. B. **Territorialidade das Paróquias Católicas na Cidade do Rio de Janeiro**. Monografia (Pós-Graduação em Geografia) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

MAINWARING, S. **A Igreja Católica e a Política no Brasil (1916-1985)**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

RAFFESTIN, C. Paysage et Territorialité. **Cahiers de Géographie du Quebec**, Quebec, v.21, n.53-4, set. 1997.

RIBEIRO, M. A. C. Abordagens analíticas das redes geográficas. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 20, p.77-105, 2000.

ROSENDAHL, Z. **Espaço e Religião: Uma Abordagem Geográfica**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996.

ROSENDAHL, Z. **Hierópolis: O Sagrado e o Urbano**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.

ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. A Territorialidade da Igreja católica no Brasil - 1800 e 1930. **Textos NEPEC**, Rio de Janeiro, NEPEC/UERJ, n.1, 2001.

ROSENDAHL, Z. Espaço, Cultura e Religião: Dimensões de Análise. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Orgs.) **Introdução à Geografia Cultural**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2003.

ROSENDAHL, Z. Território e Territorialidade: Uma perspectiva Geográfica para o Estudo da Religião. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Orgs.) **Geografia: Temas sobre Cultura e Espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2005. p.191-226.

ROSENDAHL, Z. Os Caminhos da Construção Teórica: ratificando e exemplificando as relações entre espaço e religião. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Orgs.) **Espaço e Cultura: Pluralidade Temática**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008. p.47-78.

SACK, R.D. **Human Territoriality. Its Theory and History**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SANTOS, M. **Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção.** 3.ed. São Paulo: HUCITEC, 1999.

SOUZA, M. J. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In.: CASTRO, I. E.; GOMES P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.) **Geografia: Conceitos e Temas.** 8.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

TERRA, A C. L. **Rede diocesana nos territórios fluminense e capixaba: a lógica espacial da Igreja Católica Apostólica Romana hoje no Brasil.** 105 f. Monografia (Bacharel e Licenciatura) – Instituto de Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2009.

WEBER, M. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva.** Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1991.